

Ebserh divide propostas em aceitas, negociáveis, não negociáveis e novas



A comissão que representa empregados da Ebserh esteve em Brasília na última semana onde participou de reunião com a empresa para discutir o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2020-2021 da categoria. O atual ACT 2019-2020 que foi a dissídio coletivo deverá sofrer antecipação de julgamento no Tribunal Superior do Trabalho (TST) conforme acordo firmado e acatado pela maioria dos empregados da Ebserh. Uma condição para que o acordo fosse estabelecido foi a prorrogação das cláusulas sociais vigentes até que o novo ACT seja homologado. A empresa concordou. As cláusulas serão prorrogadas por 90 dias a partir da publicação da sentença normativa pelo TST podendo ser prorroga-

das enquanto durem as negociações do novo ACT. A reunião que aconteceu na última sexta-feira, 13, tratou justamente dos pontos apresentados pela categoria como proposta para o novo acordo.

Depois de apresentar a nova coordenadora de Gestão de Pessoas, Elóia Junqueira, o representante do Serviço de Relações do Trabalho, Heli Santos Vieira da Costa, levantou as análises da empresa sobre as propostas apresentadas. O ACT foi então dividido por cláusulas consideradas aceitas, negociáveis, não negociáveis e novas. Assembleias em todo o Brasil devem debater os pontos discutidos na reunião. A Condsef/Fenadsef informou à empresa que propostas com retirada de

direitos são pontos inegociáveis para a categoria.

Atendendo a solicitação da categoria, a empresa pré-agendou as próximas reuniões do ACT para os dias 7 e 28 de abril. As datas ainda devem ser confirmadas, especialmente por conta da crise com o novo coronavírus que tem demandado recomendação para que as pessoas circulem o menos possível.

Ainda sobre a crise de saúde pública, os empregados da Ebserh, assim como demais setores da base da Condsef/Fenadsef da área da Saúde deliberaram permanecer com 100% de suas atividades. A categoria participou no sábado de encontro nacional dos empregados públicos da base da Confederação. O setor da saúde, portanto, não vai aderir ao dia de paralisação de atividades agendado para essa quarta, dia 18. A recomendação é para que aqueles setores que vão paralisar atividades usem suas redes sociais para demonstrar apoio a todo o setor público e em especial na defesa ao SUS e aos profissionais da Saúde.

Fonte: Condsef

Sindsep/MA Comunicado



A Direção do Sindsep/MA, como medida de proteção contra a ameaça do Coronavírus, decidiu suspender as atividades a partir de sexta-feira dia 20 de março pelo período de 15 dias.

O Sindsep/MA, entende

assim, estar colaborando para garantir a saúde de seus diretores, funcionários, filiados e prestadores de serviço.

A previsão de retorno é 06 de abril, que pode ser antecipada ou prorrogada mediante a

conjuntura da pandemia.

A entidade não pode ir na contramão das medidas que estão sendo tomadas pelas autoridades do país, inclusive no Maranhão, onde o governo estadual suspendeu atividades de grande porte e as aulas nas redes pública e particular de ensino.

Assim, a entidade pede a compreensão de todos os seus filiados, para que juntos, possamos preservar a saúde da sociedade brasileira contra a ameaça de proliferação do Coronavírus.

Centrais querem fundo para garantir emprego e renda durante pandemia de coronavírus

As centrais sindicais conseguiram, nesta terça-feira (17), o apoio e o compromisso do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), à criação de um fundo emergencial para garantir emprego e renda aos trabalhadores mais vulneráveis durante o período de pandemia de coronavírus.

Em reunião em Brasília, o presidente nacional da CUT, Sérgio Nobre, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, e o da CGTB, Ubiraci Dantas (Bira), entregaram a Rodrigo Maia proposta elaborada de forma unitária pelas centrais sindicais para a criação do “Fundo de Estabilização Econômica e Social”, pelo qual o governo federal deve investir R\$ 75 bilhões do Tesouro Nacional para garantir meio salário mínimo a 50 milhões de trabalhadores durante os próximos três meses.

O objetivo é impedir que a pandemia de coronavírus, que já impacta a economia brasileira e mundial, provoque aumento do desemprego e da pobreza. Segundo Sérgio Nobre, o presidente da Câmara, garantiu que será criado, em caráter de urgência, um grupo de trabalho composto por representantes dos trabalhadores, dos empresários e dos parlamentares para elaborar o projeto com base na proposta das centrais sindicais. A criação do fundo tem que passar pela aprovação do Congresso Nacional.

“Neste momento é importante preservamos os empregos e

defender os trabalhadores”, afirma Miguel Torres.

Segundo a proposta, no escopo do fundo emergencial, serão criados vários programas, sendo a principal medida o abono emergencial de meio salário mínimo.

O País tem hoje 94,6 milhões de trabalhadores, somados aqueles que estão nos mercados formal (carteira assinada) e informal. Para Sérgio Nobre, garantir renda a 50 milhões desse total, será suficiente para que os mais vulneráveis possam atravessar o período projetado para a pandemia e ainda fazer a roda da economia girar.

Além do abono emergencial, a proposta das centrais sindicais também aponta à ampliação do número de parcelas do seguro desemprego e dos beneficiados pelo Bolsa Família, para zerar a fila de 3,5 milhões de pessoas e incluir contingente que venha a ficar desprotegido durante a pandemia. A proposta é que os programas do Fundo tenham duração de três meses, período que poderá ser renovado, se houver necessidade.

“A grande diferença entre a proposta das centrais sindicais e as medidas anunciadas pelo governo federal até agora é garantir que o dinheiro vá diretamente para a mão do trabalhador, principalmente o vulnerável (aquele que é informal ou está na linha da pobreza)”, afirma Sérgio Nobre.

Segundo os dirigentes, o Fundo emergencial vai assegurar dinheiro para que os trabalhadores

possam manter o orçamento familiar, vai garantir segurança alimentar à população, preservar o nível de renda e também o consumo das famílias. Ao manter o consumo, afirma Sérgio Nobre, o Fundo impedirá impactos sociais e econômicos ainda maiores.

O presidente da CUT cita estudo do Dieese que demonstra que, do que é consumido pelos trabalhadores que recebem na faixa de um salário mínimo, 51% voltam para o Estado em forma de tributos.

“É muito importante essa garantia de salário, porque as pessoas irão consumir alimentos, medicamentos, produtos de relevância para as famílias e esse dinheiro ajudará a economia a girar, esse dinheiro não irá para bolsa de valores”, diz Sérgio Nobre. “Ativará o comércio e manterá o nível de atividade para a economia”, completa.

O Fundo, com seus vários programas, foca todos os trabalhadores brasileiros, independentemente do vínculo empregatício, do formal ao uber; do desempregado ao trabalhador que está na linha e abaixo da linha da pobreza. O objetivo é formar um colchão social.

Sem essas garantias propostas pelas centrais sindicais, a classe trabalhadora brasileira corre o risco de ficar na miséria, em consequência da pandemia de coronavírus.

Fonte: CUT